

Habitar-compor um método: políticas de pesquisa e de escrita em Psicologia

To Inhabit-Compose a Method: Research and Writing Policies in Psychology

Habitar-Componer un método: políticas de investigación y redacción en Psicología

Tainá dos Santos Oliveira¹
Lucila Lima da Silva²

Resumo

Este artigo é uma proposta ético-metodológica de habitar-compor o campo de pesquisa. Como pressupostos teórico-metodológicos, utilizamos a epistemologia feminista, em uma perspectiva de ciência que produz saberes localizados que incluem as marcas do campo e das pesquisadoras. Partimos da experiência de duas pesquisas de mestrado com campos diversos, em que ambas utilizaram a narrativa. Trata-se de pensar em políticas de pesquisa e políticas de escrita que possam nos auxiliar a operar um desvio entre o ponto de ancoragem identitário e a deriva dos sem-lugar, no exercício de fazer desequilibrar a harmonia de um todo e dar passagem para que se enunciem histórias de um entre o “tendo-sido” e o “ainda-não”. Apostamos que, ao contar histórias únicas e histórias miúdas do cotidiano, podemos tecer novos mundos, nos quais a pluralidade torna-se mais possível, fugindo de uma forma binária de ser e conhecer.

Palavras-chave: Epistemologia feminista. Metodologia. Narrativa.

Abstract

This article is an ethical-methodological proposal of inhabiting-composing the research field. As theoretical-methodological assumptions, we use feminist epistemology, in a science perspective that produces localized knowledge that includes the marks of the field and the researchers. We started from the experience of two masters research with different fields, where both used the narrative. It is about thinking about research policies and writing policies that can help us to operate a deviation between the identity anchor point and the drift of the no-placed, in the exercise of unbalancing the harmony of a whole and giving way to tell stories between the 'having been' and the 'not yet'. We bid that by telling unique stories and small stories of everyday life, we can weave new worlds, where plurality becomes more possible, escaping a binary way of being and knowing.

Keywords: Feminist epistemology. Methodology. Narrative.

Resumen

Este artículo es una propuesta ético-metodológica de habitar-componer el campo de investigación. Como suposiciones teórico-metodológicas, utilizamos la epistemología feminista, en una perspectiva científica que produce conocimiento localizado que incluye las marcas del campo y de las investigadoras. Partimos de la experiencia de dos investigaciones de maestría con diferentes campos, donde ambas utilizaron la narrativa. Se trata de pensar en políticas de investigación y políticas de redacción que puedan ayudarnos a operar una desviación entre el punto de ancla de la identidad y la deriva de las personas sin hogar, en el ejercicio de desequilibrar la armonía de un todo y dar paso a contar historias de uno entre el 'haber sido' y el 'todavía no'. Apostamos que al contar historias únicas y pequeñas historias de la vida cotidiana, podemos tejer mundos nuevos, donde la pluralidad se vuelve más posible, escapando de una forma binaria de ser y conocer.

Palabras clave: Epistemología feminista. Metodología. Narrativa.

¹ Mestra e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: tainacrj@gmail.com.

² Mestra e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Psicóloga do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). E-mail: lulima_psi@yahoo.com.br.

Percursos entre a habitação e a composição de mundos

O presente artigo advém de dissertações de mestrado desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) – ambas ligadas à linha de pesquisa intitulada “Subjetividade, política e exclusão social” – e surgiu da vontade de mostrar reflexões e caminhos de duas pesquisadoras que têm campos de pesquisa diferentes e que se encontram no processo de habitar-compor um método ao pensar política de pesquisa e política de escrita. Em se tratando de duas dissertações, em alguns momentos pontuais, falaremos do encontro de cada uma com seu campo e, nesses momentos, usaremos a primeira pessoa do singular.

A primeira dissertação (Oliveira, 2018) – tecida a partir de uma experiência profissional na Assistência Social no município fluminense de Valença – interrogou os modos de morar dirigidos pelas normativas Políticas Sociais contemporâneas, encarnadas no Programa Minha Casa Minha Vida, que surge em 2009 como uma das soluções para enfrentar o deficit habitacional do país e que, ao longo dos anos, tende a responder às condições de precariedade das vidas e insegurança habitacional do público alvo apenas por meio da construção de novas unidades habitacionais.

Nota-se que a noção de moradia, do morar e da habitação, no entendimento legal, permanece centrada no lugar, casa, que habitamos. A preocupação seria então garantir esse lugar nas condições de habitabilidade e salubridade, atentas às necessidades biológicas. Com efeito, promove um modelo muito específico de casa e um modo de habitá-la. Uma casa que nas suas linhas simétricas, seus espaços bem divididos e idênticos uns aos outros, pretende-se que funcione plenamente, tal

qual uma máquina bem azeitada. Guiada pela ideia de salvaguardar o corpo biológico e dar condição de intimidade e repouso subjetivo ao sujeito moderno e sua interioridade, estabelece sentidos *a priori*, supondo e encerrando saberes, práticas e subjetividades. Essa noção de casa parece não compreender bem a multiplicidade da vida.

Nesse cenário, aos trabalhadores dos equipamentos de proteção social, caberia versar sobre demandas patentes, estratégias e efeitos subsequentes de determinada política. Esse modo de abordar as Políticas Sociais implicaria elencar índices e objetivos facilmente observáveis, que nos permitissem a descrição e explicação de causas e consequências.

Neste artigo, as delimitações legais, mudanças e permanências agidas no Programa Habitacional não serão objetos de análise. No entanto, vale atentar para o jogo discursivo operado em nome da garantia de direitos à habitação: a assunção de que a população-alvo das políticas sociais são sujeitos a quem faltam condições de vida instaura e sustenta posições dicotômicas enunciativas que aqui nos interessam: que há no desenho das Políticas Sociais aqueles cujas vidas estariam sob análise e nas quais o Estado deveria intervir. Essa concepção faz daqueles objetos de intervenção sem condição de enunciar ou criar discursos e histórias para si.

Vemos que, comumente, posturas semelhantes podem ser assumidas no exercício de pesquisa e escrita, cabendo ao pesquisador, exímio observador e relator, fazer a tradução daquilo que os olhos veem para a gramática científica supostamente neutra. Assim, a parede, que antes era só parede, agora é chamada “parede sem revestimento” – falta emboço e tinta. Era água de poço, passa a ser “água não tratada”. Era rua, passa a ser “rua não pavimentada”. Antes o dinheiro era pouco, neste hoje,

“renda de extrema pobreza”. De família a “público-alvo”. Quantas histórias se escondem por trás desse vocabulário? O que os índices diziam, o que escondiam? Quantas histórias sumiam?

Mesmo que vetores avessos à diferença existissem, ainda assim, e talvez exatamente devido a isso, emergiam naquele espaço movimentos de singularização que tensionavam as diretrizes programadas. Pareceu-nos que, para dar passagem a esses processos singulares, era preciso investir em outros modos de habitar o campo de pesquisa e, além disso, outros modos de escrita. Assim, os processos de singularização dos modos de ocupar o espaço doméstico – que passei a chamar de políticas de habitar – tomaram relevo na tessitura de pequenas narrativas que ajudavam a emergir e consistir maneiras distintas de habitar a casa.

Essas narrativas se assemelhavam àquelas pequenas histórias que lemos para nos distrair, anedotas e curtos contos que, sem pretensões universais, davam visibilidade a gestos cotidianos de uma personagem que habitava o mesmo campo onde a pesquisadora trabalhava e manejava, à sua maneira, os vetores heterogêneos que compunham o campo de pesquisa. Assim, a personagem não era nem a voz da pesquisadora, nem eco das vozes daqueles que habitavam o programa. Não esperávamos, portanto, que ela enunciasse a verdade do campo de pesquisa, mas antes que complexificasse a arena que habitávamos, tecendo novas e provisórias articulações entre aquilo que julgávamos distantes.

Essa personagem não tinha um nome próprio. Por vezes a nomeávamos como trabalhadora, às vezes a chamávamos apenas de Ela. Não tinha um nome próprio, mas ainda assim ocupava um lugar conceitual, o lugar de Vizinha. Ela, a trabalhadora-vizinha, era uma personagem de múltiplas facetas, desde a zombeteira, a fofoqueira, a

que provê auxílio, abrigo, mas também a que se arrisca e proporciona risco, confusão e mistura. Ao longo do texto dissertativo, a trabalhadora-vizinha passa a nos contar histórias de espaço, histórias de práticas espaciais, histórias de habitar, e não apenas de Políticas de Habitação. Inventava mundos possíveis e nos convocava a reinventar os modos de habitar.

A segunda dissertação (Silva, 2018) versa sobre o encontro de uma psicóloga ouvinte com o campo da surdez. Ao me tornar trabalhadora em uma instituição de educação de surdos, entrei em contato com a comunidade surda, com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e com os conceitos de cultura e identidade surdas. Nesse espaço, com seus diversos entraves, vi-me imersa em um campo tenso e delicado: o campo relacional entre surdos e ouvintes. Na relação com a surdez, ainda que aprendesse a língua, estudasse a cultura surda, conhecesse a comunidade surda, parecia-me por diversas vezes estar tão distante que era como se habitasse outro mundo. E no cotidiano, na instituição e fora dela, vi reiteradamente o discurso da existência de um mundo surdo. Em contraste haveria então um mundo ouvinte? Seria ele o que eu habitava? Como estar com os surdos se estamos em mundos diferentes? Que comum é possível para surdos e ouvintes? Estava às voltas com certa armadilha de pensar esse campo como a dicotomia de dois mundos. Os tais “mundo surdo” e “mundo ouvinte”, muito presentes no campo da surdez, pareciam segregar.

A surdez pode ser entendida como um significante biomédico associado à falta de audição; pode ser apreendida como minoria linguística, imersa em uma cultura própria (Strobel, 2008); ou, ainda, articula-se com o modelo social da deficiência, entendida como encontro de um corpo com lesão e uma sociedade que não está organizada para compor com esse corpo (Diniz, 2012). Pode ser, ainda, lida com a lente da Teoria Crip

(McRuer, 2006), que dialoga e interpela tais modelos, à medida que questiona a corponormatividade, radicaliza a ideia de acessibilidade e estabelece uma relação específica com a ideia de identidade, que a afirma e também a questiona em seu aspecto que exclui (Magnabosco & Souza, 2019). Como trabalhadora pertencente à comunidade surda, sou constantemente convocada a posicionar-me a favor de algum desses discursos em detrimento dos outros. Tais discursos operam com o campo, e na direção de evitar respostas generalizadas, buscamos “ficar com o problema”, como sugere Donna Haraway (2016), e apostamos na polissemia da palavra que está em disputa. É à surdez enquanto esse pluriverso (James, *apud* Latour, 2011) que nos remetemos quando usamos a palavra como substantivo.

Pensar a composição, aprender a *compor*, foi a saída que a pesquisadora-trabalhadora ouvinte encontrou para construir relações com a surdez e com a diferença, na direção da construção de um comum.

Compor é verbo que não está dado de saída. Demanda manejo, atenção, afeto. É exercício constante. É preciso fazê-lo com as diferenças, sem apagar em nós nossas marcas e nossas singularidades. A disponibilidade para compor com o outro produz mudanças em nós e há algum nível de mistura. No interesse em estar com os surdos, há que se operar modulações em si, ouvinte. Recebi um sinal, aprendi Libras, conheci a ideia de cultura surda, participo da comunidade surda, milito pela inclusão social dos surdos e pela disseminação da língua de sinais. Isso não gera um campo de igualdade – não deixarei de ser ouvinte, não sou uma quase-surda. Ainda assim, possibilita deslocamentos. O objetivo não é buscar uma igualdade entre surdos e ouvintes, mas afirmar na diferença a possibilidade de composição.

Para isso, cabe não se posicionar em um ou outro lado do jogo binário, mas ir junto com as histórias que começam a emergir, borrando dicotomias. Cabe sair da polarização de dois mundos, indo na direção da tentativa de forjar um mundo comum. “[Na] certeza de que esse mundo comum deve ser construído a partir de partes totalmente heterogêneas que nunca formarão um todo, mas, na melhor das hipóteses, um material composto frágil, revisável e diverso.” (Latour, 2010, p. 474, tradução livre).

Habitar o mundo comum convoca a essa produção de sentidos temporários, de travessia que borra chegada e partida, não apagando as diferenças, mas fazendo-as existir com a possibilidade de reinventar-se, e também com a possibilidade de sustentar-se no pluriverso.³

Nesta dissertação, apostamos em histórias que possam fazer proliferar maneiras diversas de se relacionar com o outro e com o mundo. São histórias que trazem versões da surdez, testemunhadas e compartilhadas no cotidiano, não só na instituição de trabalho como também em espaços que a surdez convocou a se estar junto.

Caíam no papel em sua maioria na primeira pessoa (eu/nós). São pessoais, mas não individuais. São pessoais no sentido que Vinciane Despret e Isabelle Stengers constroem no tópico “o pessoal é político”, do livro *As fazedoras de história* (2011). Não intentamos falar da interioridade de um eu, tampouco contar uma anedota para divertir o leitor, e seria bom que as histórias não parecessem meros exemplos para ilustrar a teoria. O pessoal torna-se político na medida em que “estes pedaços de história façam sentido para os outros. [...] Poder sentir e dizer junto: ‘isso importa’” (Despret

³ Este argumento foi mais extensivamente trabalhado pela segunda autora em artigo anterior (Silva & Moraes, 2019).

& Stengers, 2011, s/p).⁴

As histórias de composição possíveis no pluriverso da surdez e as histórias dos modos de habitar com os usuários do Programa Minha Casa Minha Vida, que foram tecidas ao longo de nossas pesquisas, inspiram o reposicionamento daquela pessoa que as conta, e mais ainda, o próprio manejo das escritas também se modula. Pesquisar passa a se aproximar do gesto de contar, inventar e escrever histórias localizadas – entendendo, com Donna Haraway (1995), que quanto mais localizado, mais objetivo –, o que já implica um distanciamento do modo informativo que comumente caracteriza os textos acadêmicos.

Contar histórias ou narrar é um ato ético, estético e político, desenvolvido na Psicologia Social para recuperar memórias, trajetórias, condições, vidas e experiências que são sistematicamente postas à margem, quando não intencionalmente destruídas, apagadas (Ferreira, 2016), “porque a história não diz apenas de seu local de origem, mas convoca aqueles que se reúnem à sua volta. São histórias inacabadas e, por isso, se repetem; por vezes, indefinidamente” (Cassal, 2019, p. 73).

A escrita marcada – permeada com nossas marcas – abre espaço para as mais diversas conexões, e busca não mais a universalidade e a disputa por uma única história/conhecimento hegemônico, e sim a produção de saberes situados e a disputa pela possibilidade de multiplicar histórias e modos de conhecer. O manejo da pesquisa e do texto, o que entra no texto ou fica fora dele, é produção de objetividade científica, portanto, aqui encaramos o processo de escrita como gesto político, posto que é produtivo e possibilita a habitação e composição com os campos de pesquisa de

modo mais afeito à criação.

De tal forma, apostamos, com Marcia Moraes e Alexandra Tsallis (2016, p. 44), que “a escrita na ciência está longe de ser o simples relato dos resultados de uma pesquisa. Ela é antes, uma forma de povoar o mundo. Uma forma de fazer mundo”. Para tal tarefa, damos passagem a histórias únicas – em oposição a únicas histórias, como nos alerta Chimamanda Adichie (2009) – para fazer aparecer singularidades.

Seguimos com a inflexão que Josselem Conti (2015) propõe para a palavra “única” para fazer proliferar outras maneiras de se relacionar com o outro e com o mundo, produzindo uma visão do mundo diferente do que uma única história, hegemônica, produz.

Única história ou história única? Há uma ambiguidade aí. Se colocarmos o adjetivo antes da história, teremos uma só história carregando o sentido de uma história pré-concebida. Escolhemos, neste texto, continuar usando este adjetivo, mas posicionando-o de uma outra maneira. Se é “única”, é em um outro sentido, de singular. Propomos uma tomada de posição: histórias únicas em detrimento das únicas histórias. (Conti, 2015, p. 15)

Não apenas criação de frases, parágrafos e textos bem alinhados, mas antes, na dobra do ato, criaremos corpos e mundos. Uma afirmação forte que, pela força, se faz convite ao pensamento, pois a escrita, também prática científica, desenha fronteiras.

Da pele ao verbo: política de pesquisa e de escrita

O que vem na sua cabeça quando você lê a palavra política? Bem sabemos que política não se encerra nas dinâmicas partidárias, tampouco na disputa entre direita e esquerda. Entendemos aqui que pesquisa e escrita também são gestos políticos à medida

⁴ Original em francês, com tradução (não publicada) para o português feita pelo Grupo PesquisarCOM. A citação está sem página, mas é possível encontrá-la no tópico 6 (O pessoal é político) deste livro.

que constroem realidades e modulam mundo. Neste artigo, chamamos de política de pesquisa os modos como nos posicionamos nos encontros com o campo de pesquisa, isto é, o modo como entramos em relação com o campo. De saída essa perspectiva indica uma prática de pesquisa que situa o pesquisador sempre no campo de pesquisa. Com efeito, as políticas de escrita seriam os modos de dar relevo, pela produção textual, às marcas produzidas nesses encontros.

Dessa maneira, toda prática de pesquisa e de escrita são práticas políticas. Resta saber quais são aquelas que nos interessa fortalecer e aquelas que tencionamos abandonar.

Há no presente um ranço, um eco platônico que distancia o que julgamos ser regime do sensível, experiencial e afetivo daquilo que se supõe racional – logo, da produção de ciência. Ao fazê-lo, traz no seu bojo marcas de uma segregação um tanto mais profunda.

O sujeito platônico – ao se interessar pela escrita do mundo, por exemplo – teria de se despir da capacidade de se afetar, de sua sensibilidade, proteger-se com as armas da neutralidade para assim revelar na sua escrita a verdade única para todos os viventes. Não há, portanto, criação; o jogo da escrita é jogo de representação. O pensador platônico seguiria atento às repetições, às categorias estanques, ao que se mantém no tempo, mas pouco interessado às diferenças, que constituem nossos corpos e modos de vida. Quando muito, se olhamos para o que escapa à norma, é na tentativa vã de assentá-la em uma categoria predefinida.

Falamos de um Programa de Pós Graduação que historicamente está, ou tenta estar, atento àquilo que escapa às normas – até porque desde seu nascimento enquanto saber é, mal ou bem, disto que a Psicologia se ocupa: de quem se desvia da norma. Nesse Programa tentamos empreender o trabalho ético de olhar para a experiência

sensível e cotidiana das vidas que se relacionam com a norma, para as vivências de quem dela escapa – quase sempre por um triz –, como algo potente.

Se no exercício do trabalho apostamos no fortalecimento do caráter público das políticas, acreditamos que as políticas de habitar-compor métodos de pesquisa que se urge investir seriam aquelas que interferem mais do que as que acomodam.

As interferências que nos interessam se dão numa multiplicidade de ações de teoria e prática que transbordam os insuficientes limites do eixo sujeito-objeto. Não se trata de um interferir de um objeto dado sobre outro objeto dado, de uma unidade predeterminada sobre um sujeito preexistente, porém produzir interferências que façam vazar as multiplicidades que constituem a nós e as coisas. (Neves, 2004, p. 157)

Assim, buscamos nos distanciar de uma prática que se quer apartada e purificada das intermitências do campo e ignora que, no próprio gesto de pesquisar, campo e pesquisador são constantemente produzidos.

O modo de fazer ciência que pede transcendência e divisão entre sujeito e objeto opera o que Donna Haraway (1995) chama de olhar de sobrevoos. Este, sustentado pelo modo hegemônico de fazer ciência, diz que é necessária a distância do objeto de pesquisa para que se consiga enxergá-lo com clareza e neutralidade do pesquisador. Busca produzir experimentos que tenham reprodutibilidade, ou seja: esse experimento, e por consequência o conhecimento por ele produzido, só é válido à medida que tenha suas variáveis (qualquer coisa que possa interferir no processo do experimento, maculando-o) controladas para que possa se ver o objeto isolado, e assim o experimento possa também ser replicado em qualquer lugar do mundo. Conhecimento universal. A visão, para a ciência

hegemônica, tudo vê e a todos alcança. Fala de todos os lugares e de lugar nenhum.

Há aí uma política de esquecimento, certo modo de fazer política que oblitera, do cotidiano de trabalho, histórias outras, histórias que, em sua pequenez, mal fizeram eco ou ressoaram em palavras. Vidas tão miúdas se escondem e são abafadas por trás de muros de extensas verdades. Histórias que precisamos contar.

Ao nos distanciar do modo hegemônico de constituição de saber, seria preciso, então, menos intenção e mais atenção, fazer da própria narrativa, dos relatos e da escrita, ferramentas de batalha que aproximam o texto da experiência sensível, da existência coletiva atual. Narrativas que remetem mais à vida e aos embates políticos que constituem o habitar cotidiano que compõe os mundos em que vivemos.

No entanto, não se trata de perquirir a paisagem com boa intenção de dar voz aos silenciados, e com isso ignorar o que eles já têm falado em seu peremptório silêncio.

Tampouco se trata de opor os pequenos fatos vividos aos grandes acontecimentos. Trata-se de captar a defasagem mediante a qual há histórias, mediante a qual a história se escreve como diferente da vida, ao passo que, justamente, ela lhe pertence, sendo feita exclusivamente de seus elementos. (Ranciére, 2018, p. 80)

Assim, trata-se de escutar o silêncio, as pausas e o vácuo entre os discursos e tecer uma relação sensível com o tempo e espaço marcados no nosso corpo e, por conseguinte, na nossa escrita.

Então, trazemos conosco marcas da nossa história, algo do nosso passado que nos constitui. Algo do nosso presente que nos interpela. E se tivermos sorte de ainda conseguir sonhar, uma aposta de futuro que queremos criar.

Urge criar uma maneira de transformar em verbo o que há de pele, e entendemos

que isso implica um contínuo desfazer-se de si e refazer-se em nós povoados de gente. Escrita, portanto, que busca criar palavras para ir da pele ao verbo.

“Método”, por certo, perigoso, pois nunca se pode ter certeza de que ele leva realmente a algum lugar, mas, pela mesma razão, extremamente precioso, pois só a renúncia à segurança do previsível permite ao pensamento atingir a liberdade. Este caminho cheio de riscos também é o caminho da escrita. (Gagnebin, 2004, p. 88)

Insistir no esforço de habitar-compôr um método de pesquisa que possibilite, na dobra da página, borrar os rostos das autoras e mudar a relação com os atores do campo, forjando outros problemas de/para a pesquisa e, com isso, de/para o campo de pesquisa. Assim, o método e a política de escrita não poderiam se resumir, portanto, a procedimentos predefinidos, e sim são criados à medida que performatizam a aposta ética das pesquisadoras.

Em nossas dissertações, as histórias aparecem em sua maioria na primeira pessoa (eu/nós). Segue então que o processo de escrita implica a construção de histórias de um Eu que divide o espaço, que divide características e circunstâncias atuais, mas, ainda assim, enfrenta as contradições mesmas do compartilhar espaço com quem difere de si. Que, entre embates e acordos, formula táticas (Certeau, 1994) e cria, a seu modo, um caminhar, um habitar-compôr o mundo na relação necessária com outros entes, outros modos; e que, por essa relação de influência mútua, sua vida e também as políticas de pesquisa.

Empenhamo-nos na tarefa de operar um desvio entre o ponto de ancoragem identitário e a deriva dos sem-lugar, nem em um polo, nem em outro: o exercício de fazer desequilibrar a harmonia de um todo e dar passagem para que se enunciem histórias de um entre o “tendo-sido” e o “ainda-não”. Contar histórias do presente, para poder

então, quem sabe, fazer futuro, ao afirmar a vida em sua complexidade e incompletude, pois, se pesquisar tem alguma coisa a ver com a vida, é também na agência do verbo que encaramos essa existência lacunar sempre em via de diferir.

Do caminho até aqui percorrido, fica uma pista para aqueles que encaram a difícil a tarefa de pensar, produzir conhecimento e pesquisas a partir dos espaços onde trabalham. Entendendo que pesquisar nos/com os espaços de trabalho, permeado pela aposta ética feminista, pede, de quem lá atua, um pouco de dentro e um pouco de fora, um tanto de rua, um pouco de casa e um tanto de vizinhança.

Aqui, damos um passo na direção de afirmar que narrar, contar histórias, nossas histórias, é tarefa de pesquisadores, pois empreender na escrita é um exercício de estabelecer conexões outras, de complexificar aquilo que comumente entendemos por pesquisar e o que julgamos interessante ou não de entrar nas nossas pesquisas. Resta saber como e com quais letras compomos nossa história.

O que as palavras me dizem quando tento dizer Eu⁵

Ao deitar à noite, tentou se lembrar, para se distrair do cansaço e dos apertos do dia, da primeira casa que habitara, e percebe que antes mesmo de pensar em casa como espaço construído e abrigo, pensa em palavras e com palavras.

Não consegue dormir, as palavras se aglutinam desajustadas – na testa, na ponta dos dedos com vontade de página. Ela que sempre teve uma boa relação com a palavra, agora com elas brigava. Queria mesmo dormir, mas insones signos não deixavam.

Ela que sempre escrevera para elaborar os pensamentos, tão confusos na cabeça, mais alinhados no parágrafo. Diários e poemas infindos, muitas páginas de conversa consigo mesma, iam forjando um Eu pequeno, mas entendido de si. Conhecia-se, mas somente até o próximo parágrafo, até a próxima esquina e/ou canto escuro da página.

Escrever sempre foi uma conversa cheia de mal-entendidos e desvios, mas também de escuta, troca e pensamentos inauditos. Ofertava palavras para a página, elas sussurravam outras tantas de volta ao pé do ouvido. A relação com elas amadurece e se estende aos livros, eles lhe contavam histórias e ela as recontava para si. No fim, havia histórias que eles contavam só para ela.

Mais velha, com mãos mais firmes, segue no exercício da palavra, por vezes taciturno, de repetir as frases ditadas e às vezes malemolente de traduzir estados de mente. Às vezes, puro risco de inventar versos e gente.

Senta à cadeira, olho na tela à espera das letras que não vêm. Distrai-se, mais um trago. Uma volta no quarteirão, e retorna em vão. Sobe, desce a escada, compra um pão que nem come. Lê e revisa os textos de amigos, e o dela lá, parado. Vazio? Vazio não, branco. Essa andança, esse olhar para a tela em desespero. Escrita.

E elas, as letras, chegam, mas vêm cansadas de uma jornada qualquer. A distância é grande – da cartilha de alfabetização até aqui. É muito exercício para manter-se em forma. Daí, não tem jeito, alojam-se mal mesmo. E começam: criam uma história que nem era de seu intento. Queria começar anunciando a que veio, mas, antes disso sair, chega a conversa sobre pão e vazio. Talvez seja esse o caminho do texto, que só interessa “não quando diz o que eu quero que diga, nem quando evoca o que eu quero que evoque. Ele funciona quando o assunto com o qual iniciei se metamorfoseia

⁵ Narrativa adaptada da dissertação de uma de nós (Oliveira, 2018), com a intenção de operar aqui mesmo, no artigo, o argumento do qual viemos lançando mão até então.

alquimicamente em outro, outro que foi descoberto pelo poema. Ele funciona quando me surpreende” (Anzaldúa, 2000, p. 234).

Veja: já são dois parágrafos sobre quase nada. Depois, é só apagar, ela pensa. De imediato, as letras param, então, de fluir e pular na página. Não apaga. Faz um trato: vocês me ajudam a contar essas histórias, que... Bom, vocês são promovidas a histórias e não um conjunto de pontos em linhas. As palavras parecem concordar com ela. “Na folha branca se aprontam para o salto as letras que podem se alojar mal as frases aossantes perante as quais não haverá saída” (Szymbrorska, 2011, p. 36).

As letras mais conservadoras – a saber, as letras de forma – estão seriamente preocupadas com os letrados que irão lê-las. Mal entraram em cena e já estão achando tudo muito bagunçado. Sabe como é, estão acostumadas a serem lidas pelo formato e não pela mensagem.

Coisa de quem passou a vida inteira sendo apresentada às crianças como imagem. Daí o A era de Ave, todo C era de Casas, todo V era de Vovô, todo U era de Uva [e todo vovô viu a uva, não tem um avô que não tenha visto a uva!], e por aí vai... Assim, fica difícil mesmo para elas, as letras, acreditarem que é possível criar qualquer história para além da imagem que elas trazem. Fica difícil para as letras falar algo além daquilo tudo que já foi dito sobre elas, depois de todo aquele ‘bê-á-bá’. Difícil para elas, e para qualquer um que se atreve a escrever. Tente você! Vê aí se consegue escrever negando toda a sua cartilha! Difícil... “[...] era da seriedade da vida que falava de dentro delas, e o dedo que percorria suas linhas havia ultrapassado o limiar de um reino de cujo território nenhum viajante retorna: encontrava-se no terreno do “preto no branco”, da lei e do direito, do irrevogável, do mundo criado para a eternidade” (Benjamin, 2011, p. 156).

O mesmo medo costuma, tende, a acometer os conceitos e as ideias. Veja o

conceito de método, por exemplo: acha que tem que ser assim e assado. Inocente, mal imagina que foi criado e que cada vez que alguém usa esse conceito, ele certamente foi reinventado. Os métodos de pesquisar políticas sociais, por exemplo.

Mas pesquisar, trabalhar e escrever tem disso: um tanto de medo e perigo, um monte de “não dá, não consigo”, um tanto de “onde mesmo que eu li isso?”. E sim, horas, horas de revisão.

No exercício do trabalho, ouvia vozes sussurrantes e cansadas, histórias de trabalhadoras, moradoras, surdos, ouvintes, habitantes, vizinhas, histórias repletas das vozes de gente. Eram tantas as vozes que às vezes o mundo inteiro parecia uma alucinação auditiva.

Ouvia vozes. E já não sabia se as vozes que alcançavam seus ouvidos vinham de dentro, em um rebater de memória no labirinto desnordeado. Ou se as vozes que lhe alcançam o ouvido vinham de fora, de um horizonte distante, onde tudo que reluz é tolo.

Ouvia vozes. Ouvia, pela via, a vida. De ouvidos abertos, na sua própria vida insólita, seguia a desatinar a narrativa até chegar

[...] a um ponto, não apenas desconhecido, ignorado, estranho, mas tal que parece não haver, de antemão e fora desse movimento, nenhuma espécie de realidade, e tão imperioso que é só dele que a narrativa extrai sua atração, de modo que ela não pode nem mesmo “começar” antes de o haver alcançado; e, no entanto, é somente a narrativa e seu movimento imprevisível que fornecem o espaço onde o ponto se torna real, poderoso e atraente. (Blanchot, 2005, p. 8)

Algo desmancha, desacomoda, inquieta, busca espaço, terreno para assentar as ideias, para esquecer-se das ideias, para lembrar também, e para criar. Com o sussurrar das vozes-parceiras teve medo de se perder, de perder um pedaço seu, de não

saber mais onde começava, onde terminava o Eu. Achava que assim desencontrada de si não restaria mais palavra ou histórias para contar.

Será que não sou mais eu quem comanda as palavras? Será que eu não sou mais Eu? Será mesmo que sou apenas “uma aptidão do pensamento para se ver e se desenvolver através de um plano que me atravessa em vários lugares” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 78) como dizem por aí? Perguntava-se.

A resposta não vem, mas nesse jogo de perdas e ganhos, com ou sem seu Eu, seguiria na escrita,

porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (Anzaldúa, 2000, p. 232)

Contar – no, para e com o mundo – nossas histórias. Habitar-compor uma política de pesquisa e escrita que, atenta a cada vida narrada, vigore uma intensidade criativa e mutagênica. Esse gesto de partilha sensível em que a invenção de um Nós, aterrado nas nossas experiências, crie um mundo que nos interesse. É nesse gesto, que instiga à criação de um mundo outro, que apostava.

A ela restava tão somente conceber com que palavras comporia. Seguiria na escrita, atenta aos efeitos que as palavras traçam. Sem respostas ou pontos-finais.

Pois é disso que se trata quando nos propomos a escrever, de negar a busca por pontos ou soluções finais para os problemas (Haraway, 2016) de pesquisa e de escrita – pois já não interessa a busca de verdades únicas –, e sim dar passagem à vida que não cessa de acontecer.

Segue que a vida não é feita somente do que aconteceu, mas também daquilo que poderia ter acontecido, e assim podemos habitar sem temer as nossas interrogações e compor nossos textos com as inconclusas reticências da vida.

O resto é história...

À guisa de conclusão

Neste artigo, trazemos experiências e reflexões sobre política de pesquisa e política de escrita. Entendemos que os gestos implicados no pesquisar constroem realidade; não uma realidade genérica, abstrata ou universal, mas sim local, específica, que visibiliza e possibilita diferentes modos de existência.

Importa refletir sobre como somos afetados pelas questões de pesquisa, como decidimos perquirir caminhos investigativos e nos debruçar sobre elas, o que escolhemos pesquisar, de que maneira nos posicionamos no encontro com outros sujeitos que compõem nossa pesquisa, reconhecendo suas expertises, mas sem nos posicionar como detentores de um saber que nos põe como superiores, hierarquizando os atores e vetores do campo.

Assim, também o ato de escrever é um ato político. Importa atentar para como fazemos o manejo das palavras, as gramáticas que utilizamos quando escolhemos o que entra ou não no texto. A quem é dada a palavra? Que atravessamentos constroem nossas relações com autoras e autores? Quais gestos tomam relevo e quais desaparecem como irrelevantes para o texto?

Certa ideia de ciência e produção científica universalizada e neutra colabora para desautorizar escritas encarnadas, que se permitem dar passagem para os afetos que nos perpassam quando habitamos e compomos com o campo de pesquisa. Seguimos com autoras como Donna Haraway e Gloria Anzaldúa, que nos ajudam a afirmar um lugar de potência para escritas localizadas e situadas, encarnadas e marcadas. Uma aposta com a epistemologia feminista de que a ciência não é neutra, e cabe dar relevo na escrita às marcas que possibilitaram ou por vezes impediram sua produção. Assim, seria possível mapear quais as forças em funcionamento que extrapolam as experiências individuais.

Compartilhando podemos ampliar os contextos possíveis e também as possibilidades de ação com aquelas que nos acompanham. Às vezes, contar uma história a partir das nossas marcas implica na enunciação do nome próprio, das autoras e das parceiras; às vezes é preciso conjugar verbos na primeira pessoa, às vezes criamos personagens que articulem vozes e pessoas várias, mas acreditamos que, seja qual for o modo que alinhamos nossas letras, elas devem ser, de saída, criadas ao habitarmos e compormos no e com os nossos campos de atuação. O uso da narrativa e do gesto de contar histórias nos pareceu ser o modo apropriado para tal intento.

O uso de narrativas não opera de floreio discursivo para enfeitar a realidade captada por meio dos sentidos, mas implica em sustentar essa posição de enunciação sabidamente localizada, que possibilite compartilhar aqueles gestos cotidianos e pessoais e tomá-los como ponto de articulação com outras experiência e com as pessoas leitoras.

Se, como nos indicam as autoras feministas, localizar-se é preciso, entendemos que é no exercício narrativo e de escrita que essa localização toma relevo e se conecta, intersecciona com outras posições

enunciativas e outras histórias. É, portanto, ao delinear, via texto, as posições ocupadas pelo Eu que pesquisa e escreve que tornamos possíveis habitar e compor.

Nesses caminhos de pesquisa e escrita, no encontro de duas pesquisadoras que têm campos diferentes e conversam com autoras e autores ora similares, ora diversos, fomos construindo a ideia de habitar-compor como um método de pesquisa que busca se distanciar de práticas de pesquisa que colocam pesquisador/a e campo como apartados e a relação de pesquisa como uma relação de neutralidade. Habitar-compor possibilita uma relação com o campo que faz surgir novas questões para e de pesquisa. É uma política de pesquisa e de escrita que se mantém atenta e caminha junto com as vidas narradas, possibilitando assim um efeito de dar maior densidade às nossas marcas, no encontro com o campo, e acreditando que à produção de conhecimento interessa também produzir e operar deslocamentos nos sujeitos envolvidos. Um método que, apostamos, se dá pelo próprio fenômeno de viver junto e disponibilizar-se para estar com o outro, em vidas possíveis de serem vividas.

Referências

- Adichie, C. N. (2009). O perigo de uma única história. [Vídeo]. Recuperado em 30 junho, 2017, de https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.
- Anzaldúa, G. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, 8(1), 229-236.
- Benjamin, W. (2011). *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Ed. 34.
- Blanchot, M. (2005). *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes.

- Cassal, L. C. B. (2019). *Quem ficou para trás?: um estudo entre crianças mortas, gênero e sexualidade*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Conti, J. (2015). *Contar histórias, povoar o mundo: versões de um encontro com a loucura e a cegueira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). *O que é Filosofia?*. São Paulo: Ed. 34.
- Despret, V., & Stengers, I. (2011). *Les faiseuses d'histoires. Ce que les femmes font à la pensée*. Paris: La Découverte / LesEmpêcheurs de Penser en Rond.
- Diniz, D. (2012). *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense.
- Ferreira, M. S. (2016). Enunciações de si em estudos sobre as sexualidades: proposições metodológicas. In M. S. Ferreira & M. Moraes, M. (Orgs.). *Políticas de Pesquisa em Psicologia Social* (pp. 93-117). Rio de Janeiro: Nova Aliança.
- Gagnebin, J. M. (2004). *História e Narração em W. Benjamin*. São Paulo: Perspectiva.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Haraway, D. (2016). Introduction. In D. Haraway. *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene* (pp. 1-8). Durham: Duke University Press.
- Latour, B. (2010). An Attempt at a "Compositionist Manifesto". *New Literary History*, 41, 471-490.
- Latour, B. (2011). Il n'y a pas de monde commun: il faut le composer (V. N. Honesko, Trad.). *Multitudes*, 45(spe.), 38-41. Recuperado em 16 junho, 2018, de <https://politicadasensibilidade.wordpress.com/2017/01/16/nao-ha-mundo-comum-e-preciso-compo-lo-bruno-latour/>.
- Magnabosco, M. B., & Souza, L. L. (2019). Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 27(2), e56147. DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n256147.
- McRuer, R. (2006). *Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability*. New York: New York University Press.
- Moraes, M., & Tsallis, A. (2016). Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Polis e Psique*, 6(1), 39-50.
- Neves, C. A. B. (2004). Pensando o Contemporâneo no fio da navalha: entrelaces entre desejo e capital. *Lugar comum*, 19(20), 135-157.
- Oliveira, T. S. (2018). *Minha casa, minha vida?: da Política de Habitação às políticas de habitar*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.
- Ranciére, J. (2018). *O desmedido momento. Serrote*. Rio de Janeiro: IMS.
- Silva, L. L. (2018). *Composições possíveis: travessias no pluriverso dos encontros com a surdez*. Dissertação de mestrado,

Universidade Federal Fluminense,
Niterói, Rio de Janeiro.

Silva, L. L., & Moraes, M. (2019).
Composições possíveis: travessias no
pluriverso dos encontros com a surdez.
Psicología, Conocimiento y Sociedad,
9(2), 221-243. DOI:
<http://dx.doi.org/10.26864/PCS.v9.n2.9>.

Strobel, K. (2008). *As imagens do outro
sobre a cultura surda*. Florianópolis:
UFSC.

Szyborska, W. (2011). *Poemas*. São Paulo:
Companhia das Letras.

Recebido em: 28/9/2019

Aceito em: 30/4/2020